
ACTAS

Ata 8

Ao décimo oitavo dia do mês de dezembro de dois mil e catorze, reuniu-se pelas 21 horas, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Eduardo Vasques de Carvalho, deu início a sessão pedindo desculpa aos Membros da Assembleia pelo erro no ponto nº 1 da ordem de trabalhos, onde deveria constar votação em vez de aprovação. Deu-se início a chamada dos Membros da Assembleia pela segunda secretária:

- Ana Luísa Pinto de Sá do Nascimento Castro (RM)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa Branco Teixeira (RM)
- Carlos Miguel Ginja Barbosa (RM)
- Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)
- António José Rodrigues Moutinho Cardoso (RM)
- Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso (RM)
- Luís Manuel Moura Grabulho (RM)
- Maria Manuela Nunes Lopes Gonçalves de Brito Amorim (PS)
- Jorge Raul da Purificação Rodrigues da Cunha (PS)
- Adriana Patrícia Pacheco da Silva (PS)
- Manuel de Jesus Carvalho (PS)
- Gabriela Loureiro Queirós (PSD)
- Miguel Maria Cameira Teixeira de Vasconcelos Portocarrero (PSD)
- Maria Dulce Enes Guimarães Flores dos Santos (PSD)
- Francisco José Fonseca Lima Andrade Tártaro (PSD)
- Carla Elisabete Ribeiro Pereira (CDU)
- Casimiro António Valente Calisto (CDU)
- Susana Salbany Constante Pereira (BE)

Foi apresentado os seguintes pedidos de substituição:

- Marco Régis La Comblez Leitão (PS) – substituído por Maria Manuela Nunes Lopes Gonçalves de Brito Amorim;
- Luís Filipe Carvalho Pereira Peixoto (PSD) – substituído por Miguel Maria Cameira Teixeira de Vasconcelos Portocarrero;
- Luís Miguel Bonifácio Osório (PSD) – substituído por Francisco José Fonseca Lima Andrade Tártaro;



- Perfeito de Jesus Monteiro (CDU) – substituído por Carla Elisabete Ribeiro Pereira;
- Arnaldo Dias de Andrade (RM) – substituído por Luís Manuel Moura Grabulho;

Na ausência do 1º secretário, este foi substituído pelo Jorge Raul Purificação (PS).

Após a confirmação dos membros presentes ficou assim constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente – Francisco Eduardo Vasques de Carvalho
- Secretário – Jorge Raul da Purificação Rodrigues da Cunha
- Secretária – Ana Luísa Pinto de Sá Nascimento

Período antes da ordem do dia:

Houve duas inscrições do público.

Tomé Meireles do Bairro da Mouteira – reformado por invalidez e já há alguns anos vende velas no Cemitério de Lordelo do Ouro e possuía uma licença. Acontece que está sem ela, já se dirigiu a Câmara Municipal do Porto e pretende que a Srª Presidente clarifique a situação.

Alfredo Matos – agradecer todo o empenho da Srª Presidente na situação dos seus pais e da comunidade no Cais dos Pescadores

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, colocou a votação a ata 7, que foi aprovada por maioria. Houve duas abstenções do PSD.

Intervenção dos partidos políticos:

Manuela Amorim, do PS, apresentou um voto de pesar pelo falecimento de Maria Luísa Galhardo Barata.

Foi colocada a votação o voto de pesar, tendo sido aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia de Freguesia, foram recebidas três moções.

Casimiro Calisto, CDU, a primeira questão que colocou foi sobre o local das Assembleias, pois tinha sido aprovada alternância entre Massarelos e Lordelo, e tal não está a ser respeitado e entende que pelo princípio de proximidade devia haver rotatividade.

ACTAS

Quanto a intervenção do Sr. Tomé Meireles, a Junta deveria ter alguma responsabilidade social, dado que este Senhor já vendia velas antes da exploração do espaço comercial e não se deveria deixar uma pessoa no impasse, sobre se pode ou não exercer a sua atividade.

Sobre a questão dos pescadores, essa é uma questão muito antiga e quando surgiram os conflitos entre a comunidade piscatória e o novo concessionário, a CDU apresentou uma recomendação, que foi aprovada. Têm vindo a defender aquela comunidade e as condições para o exercício da sua atividade.

Quanto a Lei das 35h semanais, gostava de saber se já está a ser aplicada nesta Junta, pois há Juntas na Cidade do Porto que não acham ilícito a sua aplicação apesar de não haver um secretário de Estado a assinar.

Procedimentos questionáveis ao Executivo:

- tendo sido solicitado à CDU pelo Tesoureiro da Junta, o envio de uma mensagem para ser divulgada no site da Junta, o porquê de passadas duas semanas ainda nada tinha sido publicado;
- em setembro a Junta convocou uma reunião para explicações sobre a revisão orçamental, mas não logo foi desmarcada e nem sequer foi realizada;
- o exercício do estatuto de direito de oposição só faz sentido se os executivos recolherem os contributos das outras forças políticas antes do plano e do orçamento terem sido aprovados no executivo. Acontece que aqui não aconteceu isso;
- visto a elaboração de um regulamento de atribuição dos subsídios às coletividades, que foi proposto pelo Tesoureiro da Junta, estar pendente há meses, perguntou para quando a sua aprovação;
- qual o ponto da situação sobre a remoção do barco afundado;
- Alameda Basílio Teles está muito degradada e gostaria de saber se a Junta já tomou alguma providência;
- nas primeiras Assembleias foi falado das auditorias pedidas, Massarelos e Lordelo, gostaria de saber qual o ponto da situação;
- pagamento das dívidas assume uma grande importância no orçamento, limitando todo o resto;
- em princípio todas as bancadas receberam um abaixo-assinado de moradores de Serralves, a CDU foi ao local e o Sr. Vereador apresentou uma proposta de recomendação que teve a aceitação de todos e pede à Junta o acompanhamento da situação;

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta, informar que o site da Junta demorou a sua implementação devido a algumas correções que tiveram de ser feitas; quantas as auditorias ainda não existem respostas e não foram obtidas respostas e mais informa que o Executivo findos os quatro anos, irá também pedir uma auditoria as suas contas.



Sofia Maia, Presidente da Junta, quanto ao problema do Sr. Tomé, foi encaminhado para o Sr. Presidente da Câmara do Porto e está a aguardar resposta; quem está aplicar 35h nunca aplicou as 40 (Campanhã e Paranhos), apologista das 35h, não há vantagem nenhuma nas 40h, mas não pode aplicar porque aguarda a resposta do Secretário de Estado; quanto ao problema da Alameda Basílio Teles ocorrerá uma intervenção brevemente; os resíduos do barco serão retirados em janeiro de 2015; tem estado na comunidade piscatória durante várias semanas e na próxima semana vai tentar resolver o problema, junto da APDL; Rua de Serralves, carta do Executivo enviada para a Câmara do Porto, para o Sr. Presidente e Dr^a Cristina Pimentel, todos gostaríamos que fosse resolvido mas não é uma obra fácil; auditorias, o dia em que tiver a resposta serão os primeiros a saber.

Casimiro Calisto, CDU, para se pronunciar sobre a intervenção da Sr^a Presidente, a qual não gostou do modo como lhe falou, sobre o problema dos pescadores e de Serralves – Serralves, Viela dos Mortos ou Flecha dos Mortos – estão para desaparecer para fazerem uma nova via entre os bairros;
Apresentou a moção “Contra o encarecimento brutal do estacionamento na via pública”

Foi colocada a votação a Moção da CDU - “Contra o encarecimento brutal do estacionamento na via pública”

Moção reprovada:

Favor – 7 (BE- 1; CDU – 2; PSD – 4)

Contra – 12 (PS – 4; RM – 8)

Abstenções – zero

Dulce Guimarães, PSD, para apresentar a moção – “Saudação ao 25º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança”.

Foi colocada a votação a Moção do PSD - “Saudação ao 25º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança”.

Susana Salbany, BE – em relação a esta proposta do PSD está plenamente de acordo e que o grupo político do BE na Assembleia Municipal levou uma proposta para que o Porto, aderisse a uma iniciativa da Cidade amiga das crianças, tendo sido aprovada por unanimidade.

Moção aprovada por unanimidade.

Susana Salbany, BE – para apresentar a “Proposta de realização de debate público sobre o futuro do Bairro do Aleixo” e a moção “Sobre a utilização de contratos de emprego inserção (CEI) e contratos de emprego inserção + (CEI+)” Primeiro apresenta a proposta e em segundo lugar a moção.

ACTAS

Mário Praça, PSD, vão votar contra a moção porque a informação em nosso poder refere que os interessados não querem que neste momento seja debatido.

Gabriela Queiroz, PSD, a informação apresentada pelo Deputado Mário Praça e se a tem enquanto membro da assembleia teria sido bom se todos a tivessem, percebe porque votam contra com base nessa informação.

Não tinha problemas em votar a moção apresentada pelo BE, mas acha que deveria ser feito em dois tempos: um primeiro tempo, enquanto membros da assembleia de freguesia com a própria Junta, a Câmara, tentar compreender o que se passa, antes de se dar a conhecer ao público e a quem lá reside. É necessário um debate, porque ninguém sabe o que vai acontecer, e seria importante alguém da Câmara vir explicar numa reunião ou numa assembleia o ponto da situação e depois ouvirmos as pessoas.

Mário Praça, PSD, relativamente ao bairro do Aleixo está-se a tentar arranjar soluções e a Associação de Moradores não quer um debate público, uma vez que sabem que estão à procura de investidores.

Sofia Maia, Presidente da Junta, conforme proposto pela deputada Gabriela na última assembleia, aceitou em falar com a Associação de Moradores do Bairro do Aleixo sobre a situação e o debate. Excerto de uma carta da Associação de Promoção do Aleixo de Moradores, em que a mesma não se sente legitimada para apresentar proposta em nome dos moradores. Abertura de processo de auscultação a luz da proliferação de notícias, por ser contraproducente.

Casimiro Calisto, CDU, disse estar confuso com as tomadas de posição e a assembleia de freguesia não é o executivo, nem a associação de moradores. O processo do Aleixo correu mal, pois se era para acabar com a droga ou para realojar as pessoas, isso nunca aconteceu, pois existe pessoas na torre 3 que cozinham de guarda-chuva aberto. Não entende o que prejudicaria a realização de um debate e a Associação de moradores deveria ter informado todos os grupos políticos.

Susana Salbany, BE, para responder a intervenção do deputado Mário Praça, em que nos pressupostos não há qualquer juízo, são factos, questões avaliadas, analisadas. Quanto a carta da Associação de Moradores, não se sabe de quando é a carta, não se teve conhecimento dela no seu todo, e o que foi lido traz questões que nada tem a ver com aquilo que é proposto.

A associação de moradores não é os interessados, os interessados são os moradores do bairro, pessoas da associação de moradores, outras pessoas que já não estão no bairro actualmente, os cidadãos do Porto e por aí fora.

Um debate é um debate e não tem problema nenhum em fazer isto a dois tempos, se for essa a solução para que exista o debate.



Gabriela Queiroz, PSD, pronunciou-se sobre a intervenção do deputado Mário Praça, em que ele refere primeiro que os interessados não querem o debate e depois que não estão legitimados para apresentarem uma proposta, são coisas diferentes. O que está na carta foi o que eu já tinha falado na minha intervenção, em que o debate público aberto é contraproducente, mas não retira que a Junta peça a Câmara para nos comunicar qual o ponto da situação. Até a nossa legitimidade nos obriga a ter mais informação e de a ter numa forma mais responsável.

Mário Praça, PSD, em resposta a deputada Gabriela Queiroz, acha que todos devemos estar informados e toda esta informação tem sido pública e debatida e em especial pelos próprios órgãos da comunicação social.

Em relação a intervenção da deputada Susana Salbany, só conhece como representantes legais daqueles moradores, a Associação de Moradores do Bairro do Aleixo.

Foi colocada a votação a Moção do BE a "Proposta de realização de debate público sobre o futuro do Bairro do Aleixo".

Favor – 7 (1 BE; 4 PSD; 2 CDU)

Contra – 10 (8 RM; 2 PS)

Abstenções – 2 (PS)

Proposta recusada.

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, comunicou a deputada Susana Salbany que iria entrar na Ordem do Dia e no final apresentaria a outra moção do BE.

Período da ordem do dia:

Ponto 1 – Apresentação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2015

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta, para apresentar o orçamento. Esclareceu que em relação a opção de pagamento de grande parte da dívida no espaço de um ano e de como ela se revelou a melhor opção. Pagamento das dívidas fiscais e de todas as que mostravam em tribunal. Foram conseguidos muitos acordos com perdão de muitos milhares de euros. Na presente data estamos em negociações com a ADSE. Houve uma diminuição da receita muito significativa, mas um aumento na verba na área social.

Miguel Portocarrero, PSD, colocar ao Tesoureiro uma questão sobre a dívida da ADSE que falta liquidar, ela reposta-se a responsabilidade da Junta ou da Junta e da retenção dos funcionários.

Esclarecimento sobre a origem das dívidas, pois não conhece as empresas e não sabe a que se reporta.

ACTAS

Sofia Maia, Presidente da Junta, para elucidar que em relação as dívidas a extinta Junta de Massarelos não faz dividas desde o ano de 2011, são todas anteriores. Aproveito para dar os parabéns aos membros do seu anterior executivo pelo esforço enorme do que foi pago.

Explicação do que foi pago entre 2009 e 2013:

- CGA – 33.000.00€
- Fundo Europeu – 4.423.00€
- CGD – 138.000.00€ (descoberto)
- Retenções CMP – 166.945.00€ (retenções estas que vieram agora neste mandato fazer pagamentos aos IVA e a CGA)
- Retenções DGAL – 66.432.00€ (retenções essas que juridicamente vieram fazer pagamentos ao Pacheco e Amorim e a CGA)

Qualquer funcionária que saia reformada neste momento, será paga pela CGA.

Identificação dos fornecedores:

- Manuel Macedo (fruta) – esta a espera acerca de 8 anos, mas conforme sabe houve as penhoras junto das finanças e esses são os prioritários, houve penhoras nas contas bancárias, no edifício da Creche e nos moveis da Autarquia, nas finanças e as colaboradoras aposentadas que estivemos a pagar;
- Panino (pão) – fornecia os nossos equipamentos e ainda não foi possível pagar, porque todos os 20% que nos eram retidos pela DGAL eram encaminhados para as Finanças;
- Concurso St^a Cecília – é um concurso de música;
- Amercris - empresa de informática;
- Museu do Carro Eléctrico – apoio ao museu;
- L Espirito Santo - empresa de aluguer de autocarros;
- Livraria Araújo e Sobrinho;
- Estratégia – empresa de eventos do S. João 2009;
- Rádio Festival – 2008/2009 propaganda ao S. João e Rugsas
- Eyssa-Tesis – parque de estacionamento do Campo Alegre, manutenção do equipamento;

Isto são tudo dívidas de 2006, 2007,2008,2009 e 2010

- Casa Touro (carne) – fornecia os equipamentos;
- Marília – Educadora de Infância – já aposentada que colocou um processo a Junta que o anterior executivo reconheceu e que estamos a fazer o pagamento;
- Restituição da CMP das festas de S. João de Lordelo do Ouro, foi um problema administrativo, tendo havido uma duplicação;
- Confraria das Almas do Corpo Santo;
- Advogado José Pinho – algum aconselhamento;
- Paróquia do Santíssimo Sacramento;
- Donna Viagem (empresa de aluguer de camionetas);
- IVA - IVA que não foi pago relativo ao parque de estacionamento – recibos emitidos;
- Pacheco e Amorim, advogados que trataram de não haver assembleias de freguesia naquele mandato;



- Proclan – empresa de fornecimento de pão;
- Transferarte – empresa de artigos de papelaria;
- Bogani – empresa de distribuição de café;
- Seven Coffe - empresa de distribuição de café;
- O Jogador – trofeus e taças;
- Qualquer Ideia – Livraria;
- Servisan – fornecia guardanapos e papel para os nossos equipamentos;
- Expresso 86 – grupo que atuou no S. João;
- Fundo Social Europeu – projecto que houve em 2007 e não foram cumpridas as normas;

Casimiro Calisto, CDU, para se pronunciar sobre o plano e o orçamento, achando que é muito fraco e que ao apostar fortemente em pagar as dívidas, deixando de se investir prejudicam-se outras actividades.

Disse concordar com o que o Sr. Presidente da Assembleia fez de pedir ao executivo, para nos enviarem o mapa de pagamentos, do que já foi pago.

Mas acha que há bastantes imprecisões, como por exemplo; pagamento das rusgas de 2009 a Associação de Moradores de Vilar; dívida de Lordelo, restituição de 25.000.00€, o que é?; falta de pagamento a ADSE, porque esta opção?;

Chamou à atenção a Srª Presidente da Junta, para lhe lembrar que em 2009 estava em funções e aí se manteve.

Sofia Maia, Presidente da Junta, para responder ao deputado Casimiro Calisto, que tinha gostado de em novembro de 2009, não ter encontrado uma dívida de 700.000.00€. Se não pagasse as dívidas, estaria completamente penhorada e depois não conseguia fazer o social e pagar aos colaboradores. Quanto a dívida das Rusgas da Associação de Moradores de Vilar, existe um erro porque não são Rusgas, mas sim relativo a um Polidesportivo que existe nesta Associação e na altura o ex. Presidente José Carlos Gonçalves e o Dr. Ornelas, assumiram o pagamento do porteiro para abertura e fecho deste equipamento.

Em relação aos 25.000.00€ não é uma dívida de Lordelo, este valor foi uma duplicação, erro administrativo da CMP.

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta, no orçamento de 2014 ainda não tínhamos o acordo total com o Pacheco e Amorim e foi inserida uma verba apenas de 9.000.00€, quando foi rectificado já tínhamos o acordo.

Susana Salbany, BE, em relação ao plano e orçamento e como aconteceu no ano anterior o plano é apresentado de uma forma bastante genérica.

O plano de actividade e orçamento da ADILO devia ser enviado a tempo aos deputados.

Casimiro Calisto, CDU, lembrou que no ano passado quando foram discutidas as taxas se disse que se tinha em conta um grande investimento a ser feito no cemitério (drenagem que não existia na parte nova) mas agora não se vê nenhuma despesa de

ACTAS

capital, nenhum investimento. Louva a coragem da Junta em procurar alternativas para os CTT, porque não faz sentido uma empresa privada estar a ocupar um espaço público e que se encontre uma solução em que a Freguesia tenha um posto dos CTT decente.

Se o Gabinete de psicologia, é fundamental que haja e que continue.

Em termos do ordenamento do território, entende que a rua que vai cortar o Bairro de Lordelo pelas escadas, Pinheiro Torres e um bocado da Casa de Serralves, é mais uma "ferida" na nossa freguesia.

Em relação as receitas, aparece 1.000.00€ para os balneários em 250 dias pois não vai estar aberto aos feriados e aos fins-de-semana, dá quatro banhos a um Euro que é a taxa que se irá aprovar hoje, é um valor que vale o que vale.

Outra questão que levantou é a atualização da renda do espaço comercial do cemitério e perguntou o porquê da renda continuar a ser a mesma há vários anos.

Apresentou a sugestão de se dar informação suplementar sobre a ADILO e pediu que haja mais esclarecimentos sobre o que é feito.

Francisco Tártaro, PSD, para colocar algumas questões sobre o orçamento. Pedido de esclarecimento sobre o pagamento da verba que está destinada para a ADSE 2006, que este ano será só de 30.000.00€, continuando em dívida cerca de 100.000.00€.

Ainda em relação ao orçamento, há uma verba inflacionada que tem a haver com a venda dos terrenos no cemitério, uma perspectiva optimista.

Apoio as colectividades, com uma verba de 25.000.00€, apoio à iniciativas ou subsídios?

Em relação as auditorias espera que a auditoria pedida a contas de Lordelo seja concretizada ainda neste mandato e irá acompanhar este processo.

Quanto ao plano de actividades, já se falou o sobre o Bairro do Aleixo e D. Leonor, sendo totalmente omissa no plano essas duas questões, a Junta deve ter uma opinião sobre o que se pretende para esses dois Bairros, importantes para esta Freguesia. Cais do Ouro também omissa no plano, e esta questão já foi colocada a APDL a um ano e meio atrás e houve uma reunião com os principais responsáveis da APDL, não está escrito, mas foi assumido que durante o ano de 2014 as obras do Cais do Ouro iriam realizar-se.

Recuperação do património histórico da União de Freguesias, desde o caminho do romântico, Serralves, gostava de saber como o Executivo propõe esta recuperação.

Susana Salbany, BE, em relação a questão da Adilo para clarificar, porque a formulação que está feita é uma maior participação da Junta e como já fazia parte do consórcio antes, gostaria de saber o porquê desta mudança.

Orçamento participativo, um passo para que em 2016 o orçamento seja participativo mas apenas uma parte dele.

Informação sobre o valor do orçamento em relação a questões informáticas e do site, pois não percebe estes valores.



Carlos Velez, Tesoureiro da Junta, para prestar esclarecimentos:

- verba dos seis – pagamento dos seis POC'S, um no cemitério e os outros cinco nas escolas;
- material informático, temos dois contratos de serviço, uma Empresa que faz a gestão do site, projectos a nível gráfico e temos o apoio informático a nível dos sistemas contabilísticos, de hardware e verba prevista para equipamentos informáticos, possíveis financiamentos que estão a decorrer.

António Moutinho, RM, resposta ao Deputado Francisco Tártaro, sobre no Plano não constar, quer o Bairro do Aleixo quer o Bairro D. Leonor, em relação ao Bairro do Aleixo estão a decorrer negociações e como tal não se podem torná-las públicas. O Bairro D. Leonor foi lançado um concurso internacional e em breve haverá notícias. Caminhos do Romântico, a Câmara é que vai resolver a situação.

Não é um orçamento que nós gostaríamos, a estrutura de custos de pessoal é de 60%, uma média no país em 2012 era de 25%, temos um problema que é derivado do próprio sistema político e temos um problema para racionalizar o quadro de pessoal são difíceis e a fusão das freguesias não levou a uma optimização dos recursos humanos e ainda o agravamento do pagamento das dividas do passado. Compromisso de boas contas.

Sofia Maia, Presidente da Junta, para responder ao Deputado Tártaro, sobre a questão das obras da APDL a qual lhe tinha sido feita uma promessa, na segunda-feira irei ter uma reunião e colocarei essa questão e transmitirei o que me for dito.

Devemos dar continuidade aquilo que já foi começado, as rotas verdes, implementar e também e já falamos com a Câmara sobre os Caminhos do Romântico, muito importante.

Sugestão do Deputado Calisto em relação aos 600 anos, muito boa e agradece o envio da sua sugestão para debate.

Quanto a auditoria, penso que foi explicado o porque do pedido e nada tem haver com a situação do pedido feito a Massarelos, do que lhe chegou as mãos do seu mandato nada tenho a dizer.

Em relação ao Bairro do Aleixo, passo a dizer em plena Assembleia, porque estive a visitá-lo por dentro, viu as condições desumanas e é completamente a favor que as torres vão abaixo, pois não possuem condições para qualquer ser humano viver, Devese arranjar uma solução o mais rápido possível para dar dignidade aquelas pessoas.

Como Presidente e pessoa a minha opinião é aquelas três torres irem abaixo.

Adilo, há um ano atrás estava a um mês, não conhecia a conhecia como a conheço hoje. Tem aprendido muito com a Adilo e o Dr. Agostinho, a quem tem de dar os parabéns e a toda a sua equipa. Num ano tem um vínculo muito maior a Adilo e foi percebendo o mérito do seu trabalho.

Respondendo a Deputada Susana, quanto ao Plano de Atividades a Adilo tem os seus próprios órgãos, Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal, e este Plano visa meramente informar os presentes.

ACTAS

Mimosa Pinho, Vogal do Executivo, dar resposta ao Deputado Tártaro sobre a Associação de Pais, temos tido contactos com várias Associações, existe um interligação e reconhece a sua importância.

O prémio de mérito do quarto aluno, não há nada nas escolas e por isso achou-se que fazia sentido, mas também parfa aqueles que se esforçam.

Casimiro Calisto, CDU, sugeriu que se realizasse uma sessão sobre a Adilo, porque ela não é desconexa da Assembleia, dado que há membros desta Assembleia que fazem parte da Adilo.

Disse ainda que houve uma iniciativa no Largo do Ouro no dia 4 de Outubro que a Junta disse ser de sua organização, quando foi do Restaurante o Carteiro. Disse que o Executivo deveria ser mais cuidadoso e não apresentar como atividades suas, coisas que não são.

Susana Salbany, BE, relativamente ao site qual o valor efectivo para a manutenção do mesmo e da presença das actividades da Junta nas redes sociais e cuidado para isso não ser registo de propaganda politica e visibilidade de execução.

Em relação a Adilo reforça o que foi dito pelo deputado Casimiro, a Junta faz parte dela e deve ser trazida a Assembleia a informação da actividade da Adilo, termos acesso e concorda com a sessão de informação.

Sofia Maia, Presidente da Junta, irá propor na próxima reunião de direcção da Adilo uma sessão de esclarecimento a todos os Membros da Assembleia sobre o seu funcionamento, como é a sua constituição e quais as nossas obrigações, para que não haja mais dúvidas e continue a fazer o bom trabalho em prol das pessoas.

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, não havendo mais inscrições o Presidente colocou a votação o Plano de Atividades e Orçamento para 2015.

Votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2015 – foi aprovado

Favor – 12 (8 RM; 4 PS)

Contra – 3 (1 BE; 2 CDU)

Abstenções – 4 (PSD)

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, pede a Assembleia autorização para prolongar a Assembleia para além das 24h e pede rapidez e concisão.

Ponto 2 – Autorização para assinatura do contrato administrativo de delegação de competências.

Gabriela Queiroz, PSD, para comunicar que tinha razão e perguntar ao executivo o porquê de isto vir agora, dado que esta Assembleia aprovou uma autorização prévia



genérica para a assinatura disto e na altura disse nesta Assembleia, que aquilo não era a forma de o fazer, sendo esta a forma de o fazer. Louvo que o tragam, mas pergunto porque fizeram o que fizeram na altura e não aproveitaram a sugestão de aprovar só o protocolo daqueles três meses e insistiram na aprovação genérica e na Assembleia. As Juntas de Freguesia estão relativamente as Câmaras Municipais sempre numa posição de "mão estendida". Este contrato traz para mim algumas perplexidades que podem ser difíceis de gerir. Sei Sr^a Presidente que me vai dizer que não teve grande margem de manobra e possibilidade de fazer outra coisa, mas o meu papel é ir alertando.

Secretária da Junta, Maria João Nunes, é um gosto ouvir as palavras sábias da Deputada Gabriela e obviamente que este contrato de delegação de competências, levanta-nos muitas dúvidas e também nos causa alguma insegurança, mas como nos tem sido dado, nós também temos de dar o benefício da dúvida a Câmara. Este primeiro ano é um ano de experiência, de ver o que está bem e o que está mal. Vai ser um ano de experiência, de limar as arestas e para o ano espera estar a discutir este assunto e a Deputada Gabriela dar-nos os parabéns e dizer que o acordo está fantástico.

Casimiro Calisto, CDU, corroborou o que disse deputada Gabriela, das reservas ao procedimento das delegações de competências, há um ano atrás e lembra que foram alertados, esperando que esta convergência de se ter de assinar para haver verba a transferir para o ano não se repita.

Susana Salbany, BE, quando se fala nesta questão lembramos que esta Lei e o que deriva dela, nomeadamente este tipo de instrumento, é o exemplo máximo da demagogia política que nos governa. É dado o benefício da dúvida, mas espera que de facto para o ano isto seja apresentado de outra forma.

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, não havendo mais inscrições o Presidente colocou a votação a Autorização para assinatura do contrato administrativo de delegação de competências.

Votação da Autorização para assinatura do contrato administrativo de delegação de competências – aprovado.

Favor – 12 (8 RM; 4 PS)

Contra – 1 (BE)

Abstenções – 6 – (2 CDU; 4 PSD)

Ponto 3 – Aprovação do Regulamento do Balneário do Largo da Maternidade e alteração a tabela de Taxa e Licenças.

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, colocou a discussão o ponto 3 e não havendo inscrições passou-se a votação.



ACTAS

Votação da Aprovação do Regulamento do Balneário do Largo da Maternidade e alteração a tabela de Taxa e Licenças – aprovado por unanimidade

Ponto 4 – Informações – Boletim Informativo

Não houve intervenções.

Susana Salbany, BE, para apresentar a 2ª moção "Sobre a utilização de contratos de emprego inserção (CEI) e contratos de emprego inserção + (CEI+)".

Gabriela Queiroz, PSD, compreende a preocupação que a moção encerra mas não pode condenar a utilização de contratos de inserção, porque assinou vários. Quem está nestas condições e pode candidatar-se a estes programas, antes da dignidade do emprego está a dignidade da pessoa; quando a Junta realizava este tipo de contratos era em prol de uma entidade terceira, ou seja uma escola, dado que o Ministério da Educação não trata e as Juntas estão mais perto da comunidade. Medida positiva e portanto não pode viabilizar esta moção e votam contra.

Casimiro Calisto, CDU, realçou que na parte final da moção se defende a dignidade do trabalho e se exige a necessidade de trabalho permanente, corresponda a um contrato permanente. Não é só nestes tipos de contrato, noutras áreas da sociedade, todos percebemos as maldades que se cometem, há licenciados que ganham o salário mínimo nacional. É uma questão de sensibilidade e de tentar ver mais longe. Vamos votar a favor desta moção, porque achamos que o trabalho deve ter direitos e deve ser dignificado.

Susana Salbany, BE, não ia acrescentar nada, pois na moção está tudo escrito, mas quando é argumentado que esta é uma medida positiva e permite as pessoas sentirem-se úteis, preocupa-me porque a necessidade de nos sentirmos úteis, é de cada um e de cada uma.

Foi colocada a votação a Moção do BE a moção "Sobre a utilização de contratos de emprego inserção (CEI) e contratos de emprego inserção + (CEI+)".

Contra – 14 (4 PSD; 2 PS; 8 RM)

Favor – 3 (2 CDU; 1 BE)

Abstenções – 2 (PS)

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, comunicou que todas as pessoas que foram substituídas pediram para endereçar mas boas festas e um óptimo

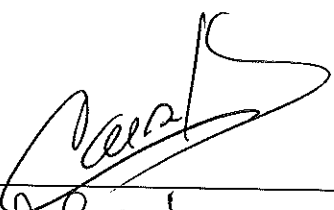


Natal. Agradeceu a paciência que tiveram durante o ano, com a sua pessoa e deseja votos de boas festas.

Sofia Maia, Presidente da Junta, agradeceu a todas as bancadas pelo trabalho construtivo, interessante ao longo deste ano. Muitos estão aqui com pouca experiência e agradece a todas as bancadas pelas as ajudas e contributos para uma melhor Freguesia.

Votos de um bom Natal e um excelente ano novo.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão e lavrada a presente ata (que se encontra na integra na gravação, disponível nos serviços da Secretaria da Junta) que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.



José Manuel P. Rodrigues Cunha
Alma União Junta Sé Castro